



APADI
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500878439
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 109 798.52	1 941 535.13
Bens do património histórico e artístico e cultural		528.30	528.30
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		2 138 650.27	2 135 273.83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outros Créditos e ativos não correntes		0.00	0.00
		4 248 977.09	4 077 337.26
Activo corrente			
Inventários		20 467.74	22 457.01
Créditos a receber		6 394.18	7 046.46
Diferimentos		0.00	0.00
Caixa e depósitos bancários		3 053 562.95	2 753 511.27
Estado e Outros Entes Públicos		5 711.81	0.00
Outros ativos correntes		3 144 395.44	30 801.65
Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros		3 968.00	3 491.50
		6 234 500.12	2 817 307.89
Total do ativo		10 483 477.21	6 894 645.15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		30 925.47	30 925.47
Resultados transitados		6 081 217.04	5 871 719.33
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		3 639 878.24	538 365.74
		9 752 020.75	6 441 010.54
Resultado líquido do período		326 974.38	209 497.71
Total dos fundos patrimoniais		10 078 995.13	6 650 508.25
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores		56 870.15	35 610.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Diferimentos		98 365.86	0.00
Estado e outros entes públicos		49 676.15	47 396.79
Outros Passivos Correntes		199 569.92	161 130.11
		404 482.08	244 136.90
Total do passivo		404 482.08	244 136.90
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 483 477.21	6 894 645.15

A Direcção
Celine Kuper
APADI

O responsável
225802538
87526

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual - APADI
Rua Dr. Herculano da Conceição 5300-032 Bragança
Tel. 273.322.931 Fax 273.323.507 Email: geral@apadi.pt





Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o APADI – Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.apadi.pt, em 28/03/2023.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2022 a entidade (seleccionar apenas uma das seguintes opções):

- ☒ Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- ☐ Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- ☐ Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- ☐ A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º *

Os órgãos de administração:

Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual
Rua Dr. Herculano da Concelção 5300-032 Bragança
Tel. 273.322.931 Fax 273.323.507 Email: geral@apadi.pt

*Consideram-se apoios financeiros públicos todas as subvenções públicas contabilizadas na conta 751 - Subsídios das Entidades Públicas, de acordo com a portaria que define o Código de Contas das Entidades do Setor Não Lucrativo (Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho)



APADI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		439 908.55	422 069.71
Pagamentos de subsídios		296 726.74	293 093.05
Pagamentos de apoios		0.00	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		637 143.70	312 798.77
Pagamentos ao pessoal		765 631.74	770 269.33
Caixa gerada pelas operações		-1 259 593.63	-954 091.44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-104 194.80	-101 694.63
Outros recebimentos/pagamentos		1 600 641.73	1 382 766.29
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		236 853.30	326 980.22
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	5 574.52
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		1 115.32	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		24 040.84	0.00
Juros e rendimentos similares		6 476.20	5 329.11
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		31 632.36	-245.41
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		31 566.02	1 180.00
Outras operações de financiamentos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		31 566.02	1 180.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		300 051.68	327 914.81
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 753 511.27	2 425 596.46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 053 562.95	2 753 511.27

A Direcção

O Responsável

APADI

Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual

225802538

87526

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador





APADI

Contribuinte: 500878439

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		442.622,10	429.743,65
Subsídios, doações e legados à exploração		1.379.025,18	1.296.114,74
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		157.541,40	127.345,77
Fornecimentos e serviços externos		256.008,98	237.801,86
Gastos com o pessoal		1.179.918,65	1.130.297,83
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		196.827,45	80.331,21
Outros gastos		5.911,63	1.405,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		419.094,07	309.338,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		99.632,47	104.163,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		319.461,60	205.174,95
Juros e rendimentos similares obtidos		7.512,78	4.322,76
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		326.974,38	209.497,71
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		326.974,38	209.497,71

MT Hill
APADI
Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual

Almeida
H S

[Handwritten signature]

225802538

87526

F3M - Information Systems, SA
processado por computador

Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual - APADI
Rua Dr. Herculano da Conceição 5300-032 Bragança
Tel. 273.322.931 Fax 273.323.507 Email: geral@apadi.pt





APADI

Contribuinte: 500878439

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: EUROS

Resp.Social: 9003 - CACI

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		50.310,95	45.728,30
Subsídios, doações e legados à exploração		209.786,60	197.745,32
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		17.966,27	15.406,59
Fornecimentos e serviços externos		31.642,89	28.157,93
Gastos com o pessoal		201.972,60	210.148,80
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		39.905,75	16.041,89
Outros gastos		437,26	277,05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		47.984,28	5.525,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		30.260,05	31.294,93
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.724,23	-25.769,79
Juros e rendimentos similares obtidos		751,28	432,26
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		18.475,51	-25.337,53
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		18.475,51	-25.337,53

[Handwritten signature]
APADI
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
225802538
87526

F3M - Information Systems, SA
processado por computador

Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual - APADI
Rua Dr. Herculano da Conceição 5300-032 Bragança
Tel. 273.322.931 Fax 273.323.507 Email: geral@apadi.pt





APADI

Contribuinte: 500878439

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: EUROS

Resp.Social: 9001 - Lar Residencial

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		392.311,15	384.015,35
Subsídios, doações e legados à exploração		1.169.238,58	1.098.369,42
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		139.575,13	111.939,18
Fornecimentos e serviços externos		224.366,09	209.643,93
Gastos com o pessoal		977.946,05	920.149,03
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		156.921,70	64.289,32
Outros gastos		5.474,37	1.128,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		371.109,79	303.813,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		69.372,42	72.868,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		301.737,37	230.944,74
Juros e rendimentos similares obtidos		6.761,50	3.890,50
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		308.498,87	234.835,24
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		308.498,87	234.835,24

Clive Herculano
APADI

225802538
87526

F3M - Information Systems, S.A.
processado por computador

Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual - APADI
Rua Dr. Herculano da Conceição 5300-032 Bragança
Tel. 273.322.931 Fax 273.323.507 Email: geral@apadi.pt





APADI

Anexo

4 de março de 2023

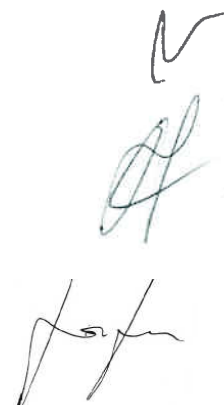
Di
N
fel
af
Hay

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5	Ativos Fixos Tangíveis	18
6	Ativos Intangíveis	20
7	Locações	22
8	Custos de Empréstimos Obtidos	22
9	Inventários	23
10	Rédito	23
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	24
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	25
14	Imposto sobre o Rendimento	25
15	Benefícios dos empregados	25
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	25
17	Outras Informações	26
17.1	Investimentos Financeiros	26
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	26
17.3	Clientes e Utentes	27
17.4	Outras contas a receber	27
17.5	Diferimentos	28
17.6	Outros Ativos Financeiros	28
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	28
17.8	Fundos Patrimoniais	28
17.9	Fornecedores	29
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	29
17.11	Outras Contas a Pagar	29
17.12	Outros Passivos Financeiros	29
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	30
17.14	Fornecimentos e serviços externos	30

17.15 Outros rendimentos.....	30
17.16 Outros gastos.....	30
17.17 Resultados Financeiros	31
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	31

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the bottom right.



1 Identificação da Entidade

A "APADI" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "" com estatutos publicados no Diário da República n.º, Série II, com sede em RUA DR HERCULANO DA CONCEIÇÃO.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	326.974,38
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	0,00
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	326.974,38

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.



Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.



Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

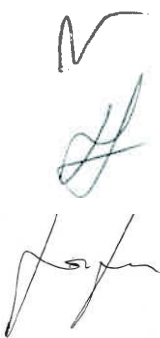
- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.



As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um Ex fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

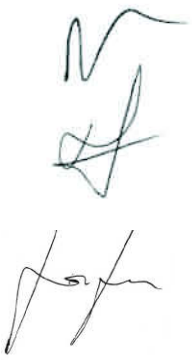
Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou



Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Descrição
0,00

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	528,30	0,00	0,00	0,00	0,00	528,30
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	528,30	0,00	0,00	0,00	0,00	528,30

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	528,30	0,00	0,00	0,00	0,00	528,30
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	528,30	0,00	0,00	0,00	0,00	528,30

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	34 669.47	0,00	0,00	0,00	0,00	34 669.47
Edifícios e outras construções	3 203 596.53	0,00	0,00	0,00	0,00	3 203 596.53
Equipamento básico	933 611.80	0,00	0,00	0,00	0,00	938 090.85
Equipamento de transporte	106 369.44	0,00	0,00	0,00	0,00	106 369.44
Equipamento biológico	158 057.22	0,00	0,00	0,00	0,00	158 677.44
Equipamento administrativo	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	72.35	0,00	0,00	0,00	0,00	72.35
Total	4 436 376.81	0,00	0,00	0,00	0,00	4 441 476.08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
Edifícios e outras construções	1 323 397.88	0,00	0,00	0,00	0,00	1 387 589.92
Equipamento básico	815 443.10	0,00	0,00	0,00	0,00	851 450.78
Equipamento de transporte	106 369.42	0,00	0,00	0,00	0,00	106 369.42
Equipamento biológico	150 014.86	0,00	0,00	0,00	0,00	153 966.38
Equipamento administrativo	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	552.40	0,00	0,00	0,00	0,00	564.45
Total	2 395 777.66	0,00	0,00	0,00	0,00	2 499 940.95

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	34 669.47	0,00	0,00	0,00	0,00	34 669.47
Edifícios e outras construções	3 203 596.53	0,00	0,00	0,00	0,00	3 203 596.53
Equipamento básico	938 090.85	15 408,51	0,00	0,00	0,00	953 499.36
Equipamento de transporte	106 369.44	0,00	0,00	0,00	0,00	106 369.44
Equipamento biológico	158 677.44	0,00	0,00	0,00	0,00	158 677.44
Equipamento administrativo	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	72.35	0,00	0,00	0,00	0,00	72.35
Total	4 441 476.08	15 408,51	0.00	0.00	0.00	4 456 884.59
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
Edifícios e outras construções	1 387 589.92		0,00	0,00	0,00	1 451 565.02
Equipamento básico	851 450.78	63 975,10	0,00	0,00	0,00	881 891.90
Equipamento de transporte	106 369.42	0,00	0,00	0,00	0,00	106 369.42
Equipamento biológico	153 966.38	4.456,57	0,00	0,00	0,00	158 422.95
Equipamento administrativo	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	564.45	759,68	0,00	0,00	0,00	1 324.13
Total	2 499 940.95	69 191,35	0.00	0.00	0.00	2 599 573.42

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2021 e 2022, foram os seguintes:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	2022			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2022			2021		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18.472,81	131.329,97	0.00	22 457.01	155.552,13	0.00	20 467.74
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	18.472,81	131.329,97	0.00	22 457.01	155.552,13	0.00	20 467.74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				127 345.77			155.552,13
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0.00	0.00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	440 253.60	425 941.45
Quotas e joias	3 456.50	3 802.20
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	7 512.78	4 322.76
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00

Total	451 222.88	434 066.41
-------	------------	------------

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2022, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

O aumento/diminuição da provisão “mencionar qual a rubrica da provisão” deve-se ao facto de “indicar o motivo”.

Passivos contingentes

“Relatar os passivos contingentes existentes, bem como os efeitos que podem ter e quais as incertezas que o mesmo acarreta, devendo ser indicado se existe a possibilidade de haver um exfluxo associado ao referido passivo contingente.”

Ativos contingentes

“Descrever quais os ativos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter”

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2022
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	1.282.134,74	1.366.225,18
Apoios do Governo		
Outros subsídios	3.891,41	0,00
Autarquias	12.800,00	12.800,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2022				2021			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0.00	0.00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente 0 e 0.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 66.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	905 522.32	857 519.46
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	4 131.73	0.00
Encargos sobre as Remunerações	198 257.01	194 270.98
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	20 168.66	13 511.34
Outros Gastos com o Pessoal	31 461.27	62 745.43
Estimativa de Férias	20.377,66	2.250,62
Total	1.179.918,65	1.130.297,83

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2011, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	2 138 650.27	2 135 273.83
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00
Total	2 138 650.27	2 135 273.83

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	0.00
Doadores - em curso	0.00	356.70
Patrocinadores	0.00	0.00
Quotas	3 968.00	3 134.80
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Perdas por imparidade	0.00	0.00
Total	3 968.00	3 491.50
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	0.00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Resultados disponíveis	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2022 e 2021, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Beneficiários das mutualidades - subvenções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	6 394.18	7 046.46
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	6.394,18	7.046,46

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	4.075,06	3.938,48
Outras operações	0.00	0.00

Outros Devedores	3.134.649,08	26.863,17
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	3.138.724,14	3 850.16

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Total	0.00	0.00
Rendimentos a Reconhecer		
Apoio Extraordinário SS (2023)	98.365,86	
Total	98.365,86	0.00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2021
Total	0.00	0.00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	2 533,01	8 612,27
Depósitos à ordem	1 038 443,79	734 170,25
Depósitos a prazo	2 012 586,15	2 010 728,75
Outros		
Total	3.053.562,95	2 753 511,27

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0.00	0.00	0.00	0.00
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	30 925,47	0.00	0.00	30 925,47
Resultados transitados	5 871 719,33	209 497,71	0.00	6 081 217,04
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	538 365,74	3 101 512,50	0.00	3 639 878,24
Total	6 441 010,54	3 311 010,21	0.00	9 752 020,75

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	56 870.15	35 610.00
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	56 870.15	35 610.00

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 711.81	0.00
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	5 711.81	0.00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	16 607.80	0.00
Segurança Social	32 881.78	30 707.46
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	49.676,15	30 707.46

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		0.00		0.00
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		23.680,48		5.530,01
Credores por acréscimo de gastos		175.889,44		155.511,78
Outros credores		0.00		0,00
Total	0.00	199.569,92	0.00	161.130,11

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

Descrição	2022	2021
	0	0
Total	0.00	0.00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguinte subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 379 025.18	1 294 934.74
Subsídios de outras entidades	0.00	0.00
Doações e heranças	0.00	1 180.00
Legados	0.00	0.00
Total	1 379 025.18	1 296 114.74

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	87 855.97	86 412.92
Materiais	6 525.65	9 816.00
Energia e fluidos	118 877.04	81 579.12
Deslocações, estadas e transportes	76.90	50.36
Serviços diversos	42 673.42	59 943.46
Total	256 008.98	237 801.86

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	10 951.02	6 961.00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros rendimentos	185 876.43	73 370.21
Total	196 827.45	80 331.21

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	557.04	952.36
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.01
Incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00

Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0.00	0.00
Gastos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos	5 354.59	453.53
Total	5 911.63	1 405.90

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0.00	0.00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	7 512.78	4 322.76
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	7 512.78	4 322.76
Resultados Financeiros	7 512.78	4 322.76

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

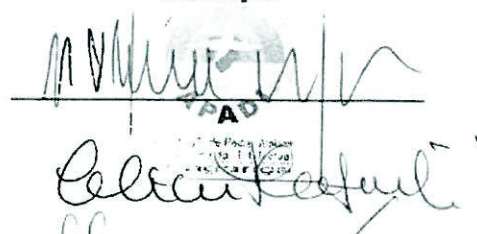
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 27 de março de 2023.

BRAGANÇA, 04 de março de 2023

O Contabilista Certificado


225802538
87526

A Direcção


31